



OBESIDADE INFANTIL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS REFLEXÕES

Josiclea Gomes Da Silva ¹
Ana Paula Melo da Silva ²
Leonídia Aparecida Pereira da Silva ³
Gracielle Malheiro dos Santos ⁴

RESUMO

As crianças têm apresentado, dentro do âmbito da saúde, um aumento na prevalência de obesidade infantil, tornando-se um indicador preocupante para políticas públicas, uma vez que a problemática provoca alterações funcionais, mentais e sociais. Um elemento que contribui enormemente para a construção simbólica negativa quanto às práticas alimentares, construção e compartilhamento de valores referentes à alimentação, nutrição e corpo são os diferentes meios de comunicação, em destaque a televisão. Tendo em vista isto, o objetivo deste trabalho consiste em realizar uma revisão não sistemática, dita simples, a fim de discutir alguns elementos sobre a obesidade infantil na contemporaneidade. Foi desenvolvida uma busca nas bases eletrônicas de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Publicações Médicas (PUBMED), Literatura Internacional em Ciência da Saúde (MEDLINE) e Literatura Latino-América e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Esta condição clínica compromete o desenvolvimento psicossomático infantil, privando esse público de vivenciar a plenitude dos direitos atribuídos à criança, além de relacionar a modernização tecnológica com o sedentarismo e o aumento de gordura generalizada e, concomitantemente o tempo dedicado aos programas televisivos tornam-se mais frequentes e constantes. Portanto, é notória a necessidade urgente de políticas públicas que visem integralizar o cuidado intersectorial diante da obesidade infantil.

Palavras-chave: Obesidade infantil, Alimentação Infantil, Saúde da Criança, Propaganda de Alimentos, Controle de Publicidade de Produtos.

INTRODUÇÃO

Atualmente o conceito de infância é fruto de uma construção histórica, social e cultural, sendo estes fatores determinantes no construto filosófico e político dos indivíduos dentro da

¹ Graduanda do Curso de Nutrição, no Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), jhogomes3988@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Nutrição, no Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), annapmelo@hotmail.com;

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Residente de Psicologia da Residência Multiprofissional em Saúde da Criança (REMUSC/SES-PB), leonidiapereira1@gmail.com;

⁴ Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Educação e Saúde, Campus de Cuité-PB, Doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP); granut@gmail.com;



sociedade. Pensando nisto, a infância tem despertado grandes questionamentos dentro dos equipamentos sociais devido à forma como as crianças tem se expressado nas vivências com a coletividade, em especial no âmbito escolar (CANUTO, 2017).

A partir de análises sociais notou-se que durante a infância, as crianças têm apresentado, dentro do âmbito da saúde, um aumento na prevalência de obesidade infantil, tornando-se um indicador preocupante para políticas públicas, uma vez que a problemática, de forma geral, levanta questões preocupantes implicando alterações funcionais, mentais e sociais. Além de diminuir a qualidade e a expectativa de vida, uma vez que ela está fortemente associada ao desenvolvimento e agravamento de comorbidades, assim como ao risco de mortalidade (ROCHA et al, 2017).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a cada três crianças, entre 5 e 9 anos de idade, uma apresenta excesso de peso. Associado a este fator, pode-se observar a presença de comorbidades, por exemplo, o aumento da pressão arterial, evidenciando que, devido a obesidade causar malefícios a saúde da criança, considerando que esta é caracterizada como uma Doença Crônica Não Transmissível (DCNT), pressupõe uma atenção integral devido a complexidade da enfermidade (LINHARES et al, 2016; SOUSA et al, 2020).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) atualmente as DCNT constituem um problema de saúde pública mundial decorrentes da ação agressiva na saúde dos portadores, atribuindo-lhe 72% dos números de mortalidade anualmente (OMS, 2018).

Diante do exposto, atenta-se para os seguintes questionamentos: Quais os principais fatores que corroboram para o aumento do sobrepeso e obesidade? Quais as medidas de intervenção? Será que a análise do consumo alimentar das crianças, bem como o aumento do sobrepeso e obesidade é responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais e/ou do Estado? e como estes podem auxiliar no cuidado e manejo adequado desses indivíduos? Tendo em vista isto, o objetivo deste trabalho consiste em realizar um ensaio crítico com uso da literatura para discutir alguns elementos da obesidade na contemporaneidade.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido através da busca de artigos indexados nas bases eletrônicas de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Publicações Médicas



(PUBMED), Literatura Internacional em Ciência da Saúde (MEDLINE) e Literatura Latino-América e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Foram incluídos artigos científicos referentes à temática em estudo seguindo alguns critérios de inclusão: ser texto original publicado em revistas científicas, dissertações, estando estes acessíveis na íntegra nas bases de dados disponíveis online, além de trazer em seu conteúdo discussões sobre obesidade infantil em tempos atuais. Os artigos identificados foram selecionados a partir da leitura dos resumos, seguidos da leitura dos textos completos que correspondem ao período dos últimos 10 anos utilizando como descritores “obesidade pediátrica”, “saúde da criança”, “alimentação infantil”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A obesidade é caracterizada pela a Organização Mundial de Saúde como o acúmulo anormal e excessivo de gorduras advindas da ingestão inadequada e desequilibrada resultantes da ingestão calórica superior aos gastos calóricos, sendo esta condição um fator negativo para a manutenção da saúde. Outro elemento interessante, é, portanto, a configuração dessa ingesta, que pauta-se em alimentos ricos em gorduras, sódio, açúcares e nutricionalmente pobre em vitaminas e minerais. Além disso associa-se à dieta alimentar atual com o cenário de maior sedentarismo originados do processo de globalização mundial (OMS, 2015).

É sabido ainda que, para além da mudança da dieta alimentar, a obesidade é compreendida pela sua capacidade multifatorial por integrar aspectos biofisiológicos, genéticos, psicológicos, socioculturais e econômicos (CORADINI; MORE; SCHERER, 2017).

Na infância, entende-se que o sobrepeso e a obesidade são fatores que trazem em seu arcabouço prático, problemas desde a fisiologia até os fatores psicossociais dos indivíduos. Um elemento que contribui enormemente para a construção simbólica negativa quanto às práticas alimentares, construção e compartilhamento de valores referentes à alimentação, nutrição e corpo são os diferentes meios de comunicação, em destaque a televisão. Afinal, a televisão transita no ambiente familiar e no escolar, abrangendo a transmissão de conteúdos diversos, mas no que se refere às influências na alimentação, ganham destaque as propagandas, as quais têm um sentido comercial para a persuasão e convencimento para o consumo (SILVA, 2018).



As crianças são um público que, assim como as mulheres, têm um vasto rol de itens e tempo a elas dedicados nas propagandas televisivas. A alimentação das crianças é atrelada a personagens, configurando-se enquanto estratégia para a adesão e promoção da identificação por parte dessa faixa etária. Esse papel tem uma forte apelação e influência cultural em várias gerações em termos de alimentação, pois o uso e o consumo de alimentos industrializados e do ganho ponderal de peso dessas crianças parece ser uma das relações causais (SILVEIRA, 2011).

Devido às complicações observadas ao público infantil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde (2009) desenvolveram a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009) comprovando o aumento de peso, principalmente, em crianças entre 5 e 9 anos. Esse dado tem sido entendido como um processo de pandemia mundial devido aos fatores fisiológicos, genéticos e metabólicos, destacando-se também os fatores comportamentais relacionados às mudanças no padrão de vida e dos hábitos alimentares no cenário atual bem característico, provocando impactos que desconfiguram o bem estar desses indivíduos, principalmente, no âmbito psicossocial (ABESO, 2011).

Ao que compreende os fatores genéticos desencadeantes da obesidade infantil percebe-se uma estreita relação decorrentes da hereditariedade que influencia na metabolização alimentar, no entanto é sabido que o estilo alimentar de pais com obesidade é um fator determinante e intermediário para o ganho de peso, de crianças, devido aos aspectos de indução e direcionamento alimentar para com os filhos. Outros fatores, incluem rotina cotidiana do trabalho, estresse, aptidões e praticidade alimentar, além da ausência ou negação de conhecimento alimentar e nutricional (RODRIGUES et al, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2010 constatou que o número de crianças em sobrepeso e obesidade aumentou de 4,2% para 6,7% em apenas 10 anos enaltecendo que diante dessa tendência espera-se que em 2020 apresentem 9% da população infantil em estado nutricional de sobrepeso e obesidade. A continuidade dessa projeção pode resultar em 2025 em 75 milhões de crianças em sobrepeso ou obesidade.

Em 2017, A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) reafirmou o aumento de sobrepeso e obesidade tanto em crianças como também em adolescentes, compreendendo portanto as faixa etárias entre cinco a 19 anos, em toda esfera global. Além disso, elucidou que



este crescimento mantêm-se em ascensão nos países subdesenvolvidos, isto é, de baixa e média renda, considerando as últimas quatro décadas.

Esta condição clínica, por sua vez, compromete o desenvolvimento psicossomático infantil, privando esse público de vivenciar a plenitude dos direitos atribuídos à criança e ao adolescente, afetando e violando, desta forma, os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos bem como também o artigo 3º do Estatuto da Criança e adolescente, o qual garante o benefício de a criança poder gozar de todos os direitos sem comprometer a sua proteção integral em todas as suas facetas, ou seja, no físico, mental, social, moral e espiritual. Essa ponte iniciada, ainda, na infância perpétua até a vida adulta. (ROSANELI E CUNHA 2016).

Dentre as complicações no âmbito biológico, causada pela obesidade ainda no período infantil, que, por sua vez, prolonga-se até a vida adulta, decorrentes de hábitos alimentares inadequados, cita-se como problemas ocasionados à saúde o surgimento de hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias, devido aos níveis elevados de colesterol sanguíneo e, desequilíbrio glicêmico corroborando para o desenvolvimento de diabetes *mellitus* tipo 2 (DM2) conferindo, desta forma, uma maior disponibilidade para problemas cardiovasculares (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2015).

Atualmente as complicações provocadas pelas DCNT associadas à obesidade, são entendidas como um problema de saúde pública devido à sua alta prevalência ainda na fase infantil. Além do mais, os estudos também evidenciam que a prevalência de obesidade perpassa as consequências fisiológicas, afetando a saúde mental das crianças gerando transtornos como timidez, insegurança, desmotivação, baixa autoestima, ansiedade e depressão, além da dificuldade de socialização que resultarão danos no crescimento infantil (ROSANELI E CUNHA, 2016).

Estes fatores são agravados, principalmente, no ambiente escolar por, servir de ferramenta para escolares promoverem discriminação e *bullying*, com crianças que sofrem com o sobrepeso e obesidade utilizando a enfermidade como ferramneteta para denegri-lás através de comentários ofensivos. Nesta pespectiva, reafirma-se a importância do ambiente escolar para disseminar, a partir de estratégias educacionais, a cultura do respeito e, juntamente com os familiares, ofertar a plenitude e dignidade para com esses individuos (RODRIGUÊS et al., 2020).



Todo esse quadro ainda é agravado através dos meios tecnológicos, a mídia, sendo um dos principais incentivador no ganho de peso, por seu caráter determinante no padrão alimentar atual devido ao estímulo crescente para o consumo de alimentos de alta densidade calórica e baixa ou nenhuma qualidade nutricional. Cabendo pontuar que conforme estudo realizado, a prevalência de sobrepeso pode aumentar em até 2% na infância caso a criança ultrapasse o limite de duas horas em frente à televisão. Se houver a disponibilização de tvs em quartos podem contribuir em até 31% no ganho de peso. A literatura também reitera que a mídia é um agravante ao novo perfil nutricional, entretanto atribuem a responsabilidade ao setor público e familiar que vulgarmente negligenciam o devido cuidado na prestação e promoção de uma alimentação saudável (VERDE, 2014).

Dentre os aspectos negativos relacionados à modernização tecnológica, o sedentarismo e o aumento de gordura localizada e generalizada tornam-se crescente entre crianças e, concomitantemente o tempo dedicado aos programas televisivos tornam-se mais frequentes e constantes. Como agravante desse quadro sociocultural, e plenamente disseminado em todo o mundo, a nova cultura alimentar, principalmente, fora do ambiente familiar é favorável para a ingestão de alimentos de alta densidade calórica constituindo-se, desta forma, em uma alimentação nutricionalmente pobre devido a baixa disponibilidade de propriedades nutricionais (DUTRA et al., 2015).

Isso porque dentre as estratégias publicitárias da indústria alimentar concentram-se propagandas persuasivas e de impacto para o consumo de produtos calóricos e com altas concentrações de açúcares e gorduras. Além disso, este estudo revela a ausência midiática na influência do consumo de frutas e vegetais tornando-se uma dos principais responsáveis no aumento do consumo alimentar e consequente ingestão de alimentos que superem as necessidades energéticas diárias.

Devido a essas características já mencionadas e suas complicações, a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO) disponibilizou em 2016, diretrizes que auxiliam no diagnóstico e no tratamento da obesidade de crianças e adolescentes tanto nos aspectos clínicos como no aspecto comportamental visando oferecer um desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida. Porém, concretizar isso e subsidiar qualquer transformação da alimentação dos brasileiros envolve modificar questões de trabalho, renda, acesso a serviços, garantia de direitos, comércio, política e uma infinidade de outros elementos.



A análise das possibilidades de intervenções familiares e estatais na sociedade civil para a resolubilidade desse quadro epidemiológico desponta como uma opção de assistência. Todavia, é importante o controle sobre a mídia ou a discussão de estratégias e implementações de órgãos que regulam estas. Além disso, despontar a pauta da obesidade em outros setores como item de atenção integral à saúde e aos direitos da criança, como por exemplo, na Assistência Social e nos equipamentos protetivos infanto-juvenis, além dos serviços de saúde e educação as quais incluem, por exemplo, o Programa Saúde na Escola e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Como inquietações a essa questão pode-se levantar algumas questões como: Quais as formas de compreensão da obesidade na sociedade moderna? O que tem faltado na formação em saúde para a sensibilização à intervenções na pandemia da obesidade? Será que os projetos de intervenção na obesidade deveriam pautar-se em capacitações no setor profissional, familiar e comunitário? Quais as ações são verdadeiramente efetivas para mudanças de hábitos e práticas alimentares? A regulação da mídia consegue ser uma pauta política e de saúde pública?

As problemáticas que envolvem as questões de obesidade infantil devem ser centradas a partir de políticas intersetoriais, sendo esta uma agenda urgente. No que diz respeito ao controle da mídia é importante que o governo atue fortalecendo as resoluções de controle de propaganda, de modo que as mesmas sejam acompanhadas de alertas sobre o perigo do consumo excessivo dos alimentos industrializados, porém não há avanço sobre esta pauta no Estado brasileiro.

Esse cenário corrobora, portanto, para a necessidade de atenção integral de profissionais da saúde para minimizar os impactos decorrentes da obesidade para promover, desta forma, a qualidade de vida sem prejuízos danosos a saúde das crianças. Diante deste contexto, a atenção dos profissionais de saúde deve estar voltada para as crianças, para as possíveis causas e fatores de risco da obesidade, visando uma melhoria na qualidade da assistência e favorecendo o crescimento e desenvolvimento infantil saudável (LINHARES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que diante da busca de compreensão das questões acerca da obesidade infantil é notória a necessidade, urgente, de políticas públicas que visem integralizar o cuidado intersetorial para com esses indivíduos. Para tanto, faz-se necessário superar algumas

dificuldades por meio da prestação de suporte estratégico para a atuação intersetorial e multiprofissional perante o cuidado em saúde que contemple a obesidade infantil. Em concomitância, é essencial promover nacionalmente, a conscientização da importância de uma alimentação adequada e saudável, bem como o combate midiático excessivo e expressivo ao incentivo do consumo de alimentos industrializados através de projetos de Lei e/ou resoluções.

Consonante a isso, é urgente o desenvolvimento de ações que visem o fortalecimento de programas públicos direcionados a crianças no eixo alimentação e nutrição nas ações de saúde e educação como: o Programa Saúde na Escola e o Programa Nacional de Alimentação do Escolar, o preparo e diversificação de estratégias e ferramentas para os diferentes trabalhadores que dialogam com a infância, além do suporte familiar diante dos riscos e fatores etiológicos para o desenvolvimento da obesidade na infância. Por fim, ainda é de suma importância a inovação a partir de estratégias, investimento e valorização dos centros de referência de estudo, intervenção e pesquisa quanto a obesidade infantil no país.

REFERÊNCIAS

CANUTO, L. T. **O conceito de infância em artigos brasileiros de Psicologia**. 2017. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL 2017.

CORADINI, A. O.; MORÉ, C. L. O. O.; SCHERER, A. D. Obesidade, família e transgeracionalidade: uma revisão integrativa da literatura. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 26, n. 58, p. 17-37, 2017.

DUTRA, G. F. et al. Hábito de assistir a televisão e sua influência sobre a atividade física e o excesso de peso infantis. **Jornal de Pediatria**, v. 91, n. 4, p. 346-351, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009). Antropometria e Estado Nutricional da Criança, Adolescente e Adulto no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000108.pdf> Acesso em: 29 out. 2020.

LINHARES, Francisca Michelli Medeiros et al. Obesidade infantil: influência dos pais sobre a alimentação e estilo de vida dos filhos. **Temas em Saúde**, v. 16, n. 2, p. 460-481, 2016.

Organização Mundial da Saúde – OMS. (2015). Nota descritiva nº 311: **Obesidad y Sobrepeso**. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/es/>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Obesidade entre crianças e adolescentes aumentou dez vezes em quatro décadas, revela novo estudo da Imperial College London e da OMS.** 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5527:obesidade-entre-criancas-e-adolescentes-aumentou-dez-vezes-em-quatro-decadas-revela-novo-estudo-do-imperial-college-london-e-da-oms&Itemid=820 Acesso em: 15 de out. 2020.

ROCHA, M. et al. Aspectos psicossociais da obesidade na infância e adolescência. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 18, n. 3, p. 713-723, 2017.

RODRIGUES, G. M. et al. PREDISPOSIÇÃO GENÉTICA COMO FATOR DETERMINANTE PARA A OCORRÊNCIA DA OBESIDADE INFANTIL. **Revista Liberum accessum**, v. 5, n. 1, p. 32-41, 2020.

RODRIGUES, Gabriela Meira et al. PREDISPOSIÇÃO GENÉTICA COMO FATOR DETERMINANTE PARA A OCORRÊNCIA DA OBESIDADE INFANTIL. **Revista Liberum accessum**, v. 5, n. 1, p. 32-41, 2020.

ROSANELI, C. F.; CUNHA, T. R. A vulnerabilidade da infância frente ao excesso de peso: considerações éticas sobre responsabilidades. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 29-45, 2016.

SANTOS, C. C. et al. A influência da televisão nos hábitos, costumes e comportamento alimentar. **Cogitare Enfermagem**, v. 17, n. 1, 2012.

SILVA, M. R. B. **Do ver ao comer: O papel mediador da publicidade de alimentos ultraprocessados na produção social de sentidos sobre alimentação infantil.** 2018. (Dissertação em Mestre em Ciências) - Instituto de comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro 2018.

SILVEIRA, D. M. C. OBESIDADE INFANTIL DIFICULDADES DOS DOCENTES NO ENSINO DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL. 2011. 44 f. **Monografia** (Especialização no Ensino de Ciências) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015. **Organização José Egidio Paulo de Oliveira**, 2015.

SOUZA, L. M. O. et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares de 7 a 10 anos e seus determinantes associados. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 8, n. 2, 2020.

VERDE, S. M. M. L. Obesidade infantil: o problema de saúde pública do século 21. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 27, n. 1, p. 1-2, 2014.

WANNMACHER, L. Obesidade como fator de risco para morbidade e mortalidade: evidências sobre o manejo com medidas não medicamentosas. **Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde**, v. 1, n. 7, p. 1-10, 2016.